

## RELATÓRIO DO SEMINÁRIO

### PERIÓDICOS JURÍDICOS NO SÉCULO XXI

#### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DESAFIOS TECNOLÓGICOS

Nos dias seis e sete de dezembro de 2018, a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio) realizou o *Seminário Periódicos Jurídicos no Século XXI – Critérios de Avaliação e Desafios Tecnológicos*.

O evento reuniu editores de periódicos jurídicos brasileiros, para discutir a atual produção científica na área do Direito, os seus atuais processos e critérios avaliativos, tanto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), quanto de indexadores nacionais e internacionais, bem como os desafios e as soluções tecnológicas que estão surgindo no âmbito da produção, editoração e difusão de um conteúdo jurídico de qualidade.

Nos dias do evento, estiveram presentes os editores e professores abaixo listados.

- **Docentes convidados:**

**Anderson Vichinkeski Teixeira**, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e editor da *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*;

**Angela Araujo da Silveira Espindola**, professora da Universidade Federal de Santa Maria e editora da *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*;

**Catarina Helena Cortada Barbieri**, professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e editora da *Revista Direito GV*;

**Daniel Wunder Hachem**, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Universidade Federal do Paraná, editor da *A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, da *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, da *Revista de*

*Investigações Constitucionais e da Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo;*

**Denise Friedrich**, professora da Universidade de Santa Cruz do Sul e editora da *Revista do Direito*;

**Élcio Nacur Rezende**, professor da Escola Superior Dom Helder Câmara e editor da *Revista Veredas do Direito*;

**Fausto Santos de Moraes**, professor da Faculdade Meridional e editor da *Revista Brasileira de Direito*;

**José Ricardo Cunha**, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e editor da *Revista Direito e Práxis*;

**Joyceane Bezerra de Menezes**, professora da Universidade de Fortaleza e editora da *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*;

**Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**, professora da Universidade Federal de Goiás e editora da *Revista da Faculdade de Direito da UFG*;

**Mauricio Jorge Pereira da Mota**, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e editor da *Revista Quaestio Iuris*;

**Maurício Timm**, professor da Universidade Católica de Brasília e editor da *Economic Analysis of Law Review*;

**Orides Mezzaroba**, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e presidente do *Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI)*;

**William Pugliese**, professor do Centro Universitário Autônomo do Brasil e editor da *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*.

- **Docentes da FGV Direito Rio:**

**André Mendes**, professor de Direito Penal na FGV Direito Rio;

**Antônio Porto**, professor de Análise Econômica do Direito na FGV Direito Rio;

**Carlos Ragazzo**, professor de Direito da Concorrência na FGV Direito Rio;

**Daniel Dias**, professor de Direito dos Contratos na FGV Direito Rio;

**Daniele Rached**, professora de Direito Internacional na FGV Direito Rio;

**Diego Werneck**, professor de Direito Constitucional na FGV Direito Rio;

**Fernando Leal**, professor de Teoria do Direito na FGV Direito Rio;

**Gustavo Fossati**, professor de Direito Tributário na FGV Direito Rio;

**Ivar Hartmann**, professor de Direito e Tecnologia na FGV Direito Rio;

**Leandro Molhano**, professor de Direito Constitucional e Metodologia da Pesquisa na FGV Direito Rio;

**Ligia Fabris**, professora de Direito Civil e Direito e Gênero na FGV Direito Rio;

**Luca Belli**, professor de Direito e Tecnologia na FGV Direito Rio;

**Natasha Salinas**, professora de Direito e Sociedade na FGV Direito Rio;

**Patrícia Sampaio**, professora de Direito Administrativo na FGV Direito Rio;

**Paula Almeida**, professora de Direito Internacional na FGV Direito Rio;

**Rafaela Nogueira**, professora de Economia na FGV Direito Rio;

**Sérgio Guerra**, professor de Direito Administrativo e de Direito da Regulação na FGV Direito Rio;

**Thomaz Pereira**, professor de Direito Constitucional na FGV Direito Rio.

Conforme programação anexada a este relatório, o evento foi estruturado em torno de uma palestra e cinco mesas de debates, com as seguintes temáticas: i. desafios editoriais do mercado de periódicos jurídicos; ii. avaliação de periódicos estrangeiros; iii. indexadores eletrônicos de periódicos; iv. ciclos de avaliação e planejamento; v. utilizando a tecnologia em favor da internacionalização de periódicos brasileiros; e vi. *open access* e novos modelos de publicação eletrônica. Os apontamentos anotados durante as discussões realizadas em todo o seminário serão apresentados a seguir, na ordem em que as mesas ocorreram.

Antes de a palestra do Sr. Luís Cláudio Ferreira ser iniciada, os professores da FGV Direito Rio, Sérgio Guerra, Antônio Porto e Fernando Leal, componentes da mesa de abertura, solicitaram que os presentes se apresentassem, informando não só os periódicos que estavam representando, mas também os programas de pós-graduação aos quais se encontram vinculados.

Após breve rodada de apresentação de todos os presentes, os professores componentes da mesa de abertura apresentaram algumas considerações iniciais a

respeito do propósito do evento: somar esforços para discutir os enfrentamentos da complexidade de critérios avaliativos, no que tange à avaliação dos periódicos científicos jurídicos, e, assim, iniciar um ciclo de debates que possa fortificar a produção científica da área jurídica, tanto no âmbito nacional, quanto internacional.

Feitas as considerações iniciais, o professor Sérgio Guerra passou a palavra ao Sr. Luís Cláudio Ferreira, diretor da Editora Fórum, para realização de sua palestra cujo tema foram os “Desafios editoriais do mercado de periódicos jurídicos”.

A seguir, estão transcritas as discussões ocorridas em cada um dos debates propostos.

❖ **Desafios editoriais do mercado de periódicos jurídicos**

**Palestrante:** Luís Cláudio Ferreira, diretor da Editora Fórum

Na posição de diretor da Fórum, editora responsável pela publicação de muitos periódicos jurídicos brasileiros, dentre eles a Revista de Direito Administrativo, o palestrante Luís Cláudio compartilhou com os presentes os desafios pelos quais o mercado de periódicos jurídicos vem passando no atual cenário nacional da produção editorial científica.

Embora as editoras sejam estabelecimentos comerciais, em sua maioria, de caráter privado, a diferença entre as funções de uma editora e de uma livraria foi ressaltada, pois as editoras, antes de produzirem produtos a serem comercializados, precisam colocar à frente de qualquer produção a sua função primordial: a de *gatekeeper*.

Entende-se como *gatekeeper* a função de um editor, no momento em que ele realiza um filtro das informações a serem apresentadas aos leitores, não no sentido de censurar ou escolher o que se deve ser publicado, mas sim, no sentido de garantir a qualidade do que se publica, para que toda e qualquer informação difundida esteja em condições de ser transformada em conhecimento.

No caso da Editora Fórum, em específico, o conhecimento que se almeja é, fundamentalmente, o jurídico. Logo, a Fórum é uma das editoras nacionais que contribui com a disseminação do conhecimento jurídico de qualidade, fortalecendo o Direito não só como área de conhecimento, mas também como ciência.

Nacionalmente, contudo, mesmo que as editoras estejam cientes de suas funções como difusoras de informações qualificadas, o desafio do conhecimento, o desafio do editor é ser lido, visto que pesquisas brasileiras apontam um baixo índice de leitores em nosso país.

No intuito de serem lidas e difundir conhecimento, portanto, é fundamental que as editoras acompanhem o desenvolvimento e as mudanças pelas quais os leitores passam, para acompanhá-los e oferecê-los soluções informacionais de acordo com suas respectivas demandas.

Neste sentido, ressalta-se a importância de as editoras abrirem suas portas para o mundo digital, demanda atual e que vem se mostrando irreversível. A Editora Fórum, por exemplo, na tentativa de atender a esse tipo de demanda, se empenhou em montar uma biblioteca digital e identificou a necessidade de descontinuar gradualmente a versão impressa de alguns periódicos, tendo em vista que não há mais tanta procura pelo papel, quando o leitor se encontra na condição de buscar, rapidamente, uma informação atualizada e de qualidade.

E é justamente o periódico científico um dos espaços no qual o leitor poderá encontrar esse tipo de informação. Ou seja, a celeridade que o mundo digital atribuiu à busca por informação qualificada resultou na valorização de artigos científicos e suas publicações em periódicos.

Neste ponto, uma importante reflexão foi provocada: esse cenário teria influenciado os critérios avaliativos, pensados pela Capes, no que se refere à avaliação da produção acadêmica referente à pós-graduação brasileira? Tendo em vista a desvalorização da publicação de livros face à publicação em periódicos científicos? Não seria importante pensar em um caminho inverso, ou em um critério que equiparasse a validade de publicação tanto em periódicos científicos, quanto em livros?

A credibilidade das editoras que se responsabilizam em fornecer ao leitor um conteúdo de qualidade poderia auxiliar, inclusive, a mensurar o fator de impacto das citações a livros. O dificultador seria, no entanto, o mesmo dos periódicos científicos: a pluralidade de medições dos fatores de impacto, oferecida por diferentes editoras e indexadores.

Esta última reflexão levou à conclusão de que a busca pelo conhecimento é constante e, portanto, igualmente constantes são as pesquisas e os estudos. O papel dos editores é, justamente, compreender a necessidade de se adaptar às mudanças e pensar soluções que garantam o acesso ao conhecimento à comunidade de leitores.

❖ **Avaliação de periódicos estrangeiros**

**Data:** 06/12/2018

**Mediador:** Diego Werneck

**Participantes:** Daniel Wunder Hachem, Mauricio Jorge Pereira da Mota e Maurício Timm

Na opinião de Daniel Wunder Hachem - professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Universidade Federal do Paraná, editor da *A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, da *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, da *Revista de Investigações Constitucionais* e da *Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo* -, existe, para os acadêmicos, uma representatividade maior das revistas nacionais avaliadas pela Capes. Desta forma, os pesquisadores são mais estimulados a publicar no Brasil do que fora, porque há no país um número bem maior de revistas nacionais estratificadas sob o conceito A.

Para elucidar esta afirmação, o palestrante enumerou os critérios referentes à avaliação de periódicos estrangeiros da Capes.

Nem todas as revistas consideradas internacionais, por exemplo, são produzidas por universidades, como o próprio critério indica. Este já seria um fator limitante. Para Hachem, portanto, há problemas não só na elegibilidade dos critérios, como em suas respectivas avaliações e posteriores adoções.

A adoção dos critérios da CAPES pela área do Direito acaba não induzindo os pesquisadores à publicação em revistas internacionais, pois há poucas revistas da área indexadas nas bases Scopus e Scielo. E afinal, avalia-se: por que publicar no exterior, se a revista considerada estrangeira não será classificada no conceito A, no âmbito dos critérios avaliativos brasileiros? Estas publicações até podem ser renomadas, porém, na prática, não valem para as nossas formas de avaliação.



Outro detalhe levantado por Daniel Hachem é que as revistas estrangeiras às quais a CAPES atribuiu o conceito A estão aglomeradas em países anglófonos e somente onze por cento delas estão alocadas na América Latina. O palestrante crê, assim, que revistas latino-americanas possuem estratos pouco elevados, não porque publicam conteúdos de baixa qualidade, mas porque estão vinculadas a universidades que não estão bem ranqueadas na CAPES.

Ressaltou-se, ainda, que há um número baixo de revistas classificadas como A1 e A2, no país, na área de Direito, em comparação com a área de Odontologia, por exemplo. Este fato pode ser interpretado como um indicador da baixa representatividade do Direito na área científica.

A conclusão, após a explanação destas dificuldades, a qual chegou Wunder Hachen é que é muito difícil, principalmente em termos de estímulos, que o autor nacional venha a publicar fora.

Em seguida, foi a vez de Maurício Timm - professor da Universidade Católica de Brasília e editor da *Economic Analysis of Law Review* - discorrer sobre a avaliação de periódicos estrangeiros.

Inicialmente, ele mencionou o trabalho de previsibilidade que os editores precisam realizar, todas as vezes em que estão produzindo seus periódicos científicos jurídicos, pois os critérios avaliativos da Capes, quando atualizados ou modificados, são aplicados de forma retroativa. Assim, na maioria das vezes, isso em muito dificulta para que os editores e para que as instituições possam ter uma garantia de qual será o conceito efetivo dos seus periódicos científicos, a cada nova avaliação.

Em seguida, apontou para o grande dilema pelo qual o autor de artigos científicos costuma passar: ele quer pontuar ou ser efetivamente lido? Se ele quer pontuar, valeria mais a pena publicar em periódicos nacionais bem estratificados. Contudo, se quer ser mais lido, não seria válido publicar em periódicos de alcance internacional?

O palestrante afirmou, portanto, que o problema não seria somente não ser motivado a publicar fora, mas, também, o fato de os critérios avaliativos nacionais não serem tão condizentes com os dos indexadores internacionais. Por isso, segundo Timm, o autor fica na dúvida entre publicar em uma revista estrangeira coerente com sua área de pesquisa, para vir a ser lido, ou uma não tão coerente, mas devidamente estratificada como A.

Isso tudo, indaga-se, não poderia ser resultado do sistema piramidal na qual se encontra a linha avaliativa dos programas de pós-graduação?

A questão foi levantada pelo editor, no sentido de refletir a respeito da procura desenfreada pela publicação de artigos em periódicos estratificados como A. E isso pode ser devido à corrida dos programas de pós-graduação, para conseguirem aumentar suas pontuações junto à Capes.

Contudo, lembrou, o somatório das revistas brasileiras estratificadas no conceito A não comporta toda a produção dos autores. Logo, os periódicos estratificados como B, segundo Maurício Timm, podem e devem ser considerados como revistas de boa produção. Essa seria uma possibilidade para os autores conseguirem a devida pontuação, por suas produções, enquanto seus respectivos programas estão sendo avaliados.

O produtivismo, ou seja, a necessidade de pontuarem, seja na universidade pública ou privada, não deveria ser, segundo o palestrante, um problema à qualidade da produção de conhecimento. Ele lembrou que o receio dos professores de faculdades privadas em serem demitidos, porque não pontuam ao não publicarem em periódicos A seja maléfica à qualidade dos artigos, pois crê que as avaliações tendem a propiciar a preferência de uma quantidade de artigos publicados e não a qualidade do conteúdo, por isso, conclui, é necessário padronizar o discurso no sentido de pressionar para que

a qualidade possa voltar à pauta dos pesquisadores e das instituições de ensino superior.

Nesse sentido, o ideal seria tentar propor uma compatibilização de critérios com a coordenação de área da Capes, que levassem em conta essa dicotomia “pontuar x ser lido”, até porque nem todas as áreas do direito contam com uma revista científica estratificada como A.

Mauricio Jorge Pereira da Mota - professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e editor da Revista *Quaestio Iuris* – complementou, ressaltando que os principais periódicos científicos de Direito se encontram nos EUA, e que eles não têm o menor interesse em publicar os temas jurídicos brasileiros.

O palestrante, discorreu, então, sobre como superar as barreiras para publicar na América do Norte, afirmando que eles costumam verificar a identificação de seus pares. Dessa forma, uma solução seria o contato com professores latino-americanos, que estão como visitantes em universidades norte-americanas. Ou, ainda, convidar os professores estrangeiros a integrar o conselho editorial dos periódicos brasileiros, visto que, assim, eles passarão a ter a revista como referência.

Mota ressaltou, ainda, a pertinência de acordos de reciprocidade entre as revistas, para intercambiar artigos.

A última fala foi do professor da FGV Direito Rio, Diego Werneck. Na condição de mediador, ele sintetizou os pontos discutidos, no intuito de concluí-los e levantou algumas reflexões.

A respeito dos critérios avaliativos, ponderou que a Capes não considera e ainda pede para que a comunidade acadêmica, como um todo, também não considere as estratificações de periódicos como um selo de qualidade. No entanto, é evidente que todo editor de revistas científicas almeja subir os estratos de suas produções.

Ainda sobre as avaliações, observou-se que as dos periódicos costumam estar vinculadas, de certa forma, à avaliação dos programas de pós-graduação. Neste sentido, seria válido refletirmos sobre a necessidade de as metas dos programas estarem tão relacionadas com as metas do Qualis. Talvez, se não estivessem tão relacionados, a produção dos periódicos científicos pudesse vir a ganhar mais autonomia.

Outra importante reflexão levantada foi em relação à configuração das avaliações dos programas de pós-graduação de outras áreas, que possuem notas altas, como sete. Nestes, as regras voltadas para pontuação não são tão elevadas, se compararmos com as previstas para a área de Direito. Talvez, portanto, o problema não estaria no que se espera em relação à produção acadêmica da área de Direito?

O ideal não seria, então, que as tendências avaliativas se voltassem para produções originadas de pesquisas e grupos de pesquisa? Assim o conteúdo das pesquisas seria o foco e as publicações seriam responsáveis por disseminá-las, não somente por garantir pontos aos docentes vinculados a programas de pós-graduação.

E como síntese dos questionamentos apresentados nesta primeira mesa, elencou-se: como podemos atrair e receber artigos estrangeiros para publicarmos nos periódicos brasileiros? Qual o caminho para termos nossas revistas avaliadas, internacionalmente? Tendo em vista a atual demanda de internacionalização dos periódicos nacionais, o desenho dos critérios deveria seguir a linha do padrão internacional?

Corroborando o até aqui exposto, concluiu-se que se faz necessário repensar os incentivos nacionais para a internacionalização da produção científica nacional.

❖ **Indexadores eletrônicos de periódicos**

**Data:** 06/12/2018

**Mediador:** Carlos Ragazzo

**Participantes:** Anderson Vichinkeski Teixeira, Élcio Nacur Rezende e Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

A palestra sobre “Indexadores eletrônicos de periódicos”, mediada pelo professor Carlos Ragazzo, da FGV Direito Rio, acabou se configurando, durante toda a sua extensão, em um importante debate entre os palestrantes, os editores e professores presentes - este tipo de debate era um dos principais anseios do seminário.

O primeiro a trazer tópicos para este debate foi o professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e editor da *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, Anderson Vichinkeski Teixeira. A fala foi iniciada, defendendo que os autores de artigos precisam ter como norte um atendimento aos padrões éticos, com ênfase na qualidade e não apenas em critérios quantitativos.

Sobre a importância das bases indexadoras, o editor atestou a relevância do SciELO, lembrando que ela é a base mais almejada pelos editores de periódicos científicos, por possuir um forte apelo internacional. O palestrante vê um constante dualismo envolvendo as bases Scopus, do tradicional grupo holandês Elsevier (maior editora de literatura médica e científica do mundo, fazendo parte do grupo Reed Elsevier) e Web of Science, da canadense Thomson Reuters.

No entanto, é importante olharmos para outros indexadores eletrônicos, que não somente os anteriormente citados, pois as bases de dados que fogem à tríade SciELO, Scopus e Web of Science também se apresentam como oportunidades de indexação. Essas bases “menores” se fortalecem à medida que os periódicos as procuram para serem indexados, os próprios periódicos se fortalecem e, assim, a rede de pesquisa se fortifica. Ou seja, em quanto mais indexadores tivermos a nossa produção científica indexada, melhor, pois amplia a pesquisa e a disseminação do conhecimento.

Teixeira convidou os editores presentes a não permitirem que os periódicos científicos de Direito entrem na onda do produtivismo, somente visando à pontuação dos autores e, conseqüentemente, de seus programas de pesquisa. Incitou-os, ainda, a refletir sobre as possibilidades de atração dos autores estrangeiros aos periódicos científicos nacionais. E, concluindo, afirmou que possui esperança na modificação dos critérios de avaliação, mais alinhados com as tendências dos indexadores internacionais.

O segundo palestrante, Élcio Nacur Rezende, professor da Escola Superior Dom Helder Câmara, de Belo Horizonte (MG) e editor da *Revista Veredas do Direito* também contribuiu para o debate com temáticas que estão entre as mais representativas para editores e autores de revistas científicas de Direito no país.

Dentre elas, destacou, estão as dificuldades que os periódicos passam para se adequarem aos critérios SciELO. Trata-se de uma luta incessante e, mesmo que a publicação esteja adequada, a constante mudança de critérios a cada avaliação deixa aos sobressaltados os editores.

Ele crê que deveria ocorrer uma flexibilização dos critérios por parte do SciELO, por conta do cenário da pesquisa nacional. Para Resende, é necessária uma mudança de perspectiva por parte do SciELO, notadamente no âmbito das ciências sociais aplicadas.

Outro problema persistente dos editores de periódicos científicos da área é a dificuldade de obter respostas rápidas e efetivas dos pareceristas, tanto para o sim, quanto para o não. Ele relatou que é muito comum que estes especialistas, ou ignorem os convites, ou demorem muito para dar uma conclusiva resposta se podem ou não proceder à avaliação dos artigos enviados, o que é prejudicial à organização da revista.

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega, professora da Universidade Federal de Goiás e editora da *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, fechou a mesa e o debate, listando

pontos vitais para a manutenção e melhoria da qualidade dos periódicos de Direito brasileiros, a começar pelo estrito olhar atento ao avanço, por parte dos indexadores, dos padrões éticos. Transparência, preservação da qualidade de pesquisa, além da institucionalização dos processos avaliativos são os fatores que tendem a alterar positivamente o cenário da pesquisa jurídica.

A professora e pesquisadora da Universidade Federal de Goiás também chamou a atenção para o foco que temos em artigos de pesquisas individuais, em contraposição a de artigos voltados para o conteúdo gerado em pesquisas de extensão, o que pode vir a ser uma tendência, como ocorre em outras áreas.

Ela também é crítica do viés econômico de muitas publicações, por conta do interesse econômico de fortes grupos interessados mais no lucro do que na qualidade e capilaridade dos autores e artigos, o que poderia influenciar negativamente na plena difusão do conhecimento. Vê o crescimento das revistas das editoras comerciais em contraposição aos periódicos produzidos por universidades, por isso clama pelo financiamento das revistas universitárias, com critérios de elegibilidade, e um maior interesse das instituições de ensino superior e órgãos de fomento em financiar a atividade editorial científica na área do Direito.

Maria Cristina Tárrega finalizou os temas da mesa e do debate, valorizando a continuidade da postura ética e da busca constante da qualidade em periódicos científicos, com propostas construtivas que instem à solidariedade acadêmica.

❖ **Ciclos de avaliação e planejamento**

**Data:** 07/12/2018

**Mediador:** Leandro Molhano

**Participantes:** Angela Araujo da Silveira Espindola, José Ricardo Cunha, Joyceane Bezerra de Menezes e Orides Mezzaroba

A primeira mesa do segundo e último dia do seminário, denominada “Ciclos de avaliação e planejamento” foi mediada pelo professor da FGV Direito Rio, Leandro Molhano.

Orides Mezzaroba, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e presidente do *Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito* (CONPEDI) foi o palestrante inicial. Cabe destacar a importância da participação do CONPEDI no “Seminário Periódicos Jurídicos no Século XXI - Critérios de Avaliação e Desafios Tecnológicos”, visto que esta instituição é a Sociedade Científica do Direito no Brasil, organizada por meio de uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado e sem fins econômicos que incentiva e promove os estudos jurídicos e o desenvolvimento da pós-graduação em Direito no país. Suas ações institucionais respondem ao desafio de projetar a pesquisa jurídica para o avanço social do Brasil - objetivos similares aos da organização deste evento.

O professor da UFSC apresentou dados do relatório da avaliação da Capes de 2017, com o objetivo de fomentar a reflexão dos presentes, e alertou para o fato de que os problemas pelos quais a área do Direito passa, atualmente, no que diz respeito às dificuldades com o Qualis e a desvalorização dos livros, tiveram origem nas normas avaliativas da Capes de 2010.

Os critérios de 2010, explicou, rebaixaram os estratos dos periódicos de Direito, mantendo somente dez por cento entre os estratos B e A - sendo que nenhum A1, à época - para assustar a área e motivá-la a se desenvolver. A publicação em periódicos



foi fomentada, porque se identificou que a área do Direito publicava majoritariamente em livros e capítulos de livros. Pesquisadores, contudo, entenderam essa mensagem da Capes como uma obrigação para se publicar em periódicos e deixaram erroneamente os livros e os capítulos de livros de lado, visto que eles também sempre foram e deveriam continuar sendo um caminho para a divulgação científica.

Mezzaroba, portanto, enfatizou que, de toda forma, continuar publicando em livros não é, de maneira alguma, demérito. Ademais, lembrou, o ideal seria escoar o conteúdo por todos os suportes possíveis, até porque, não há periódicos na área o suficiente para suportar toda a produção de tantos programas de pós-graduação, alertando que a baixa de quantidade de periódicos pode ser um espelho do quanto a área ainda precisa se desenvolver cientificamente.

Após as adequações da área às então novas regras, o presidente do CONPEDI observou que as outras áreas do conhecimento, ao perceberem que o Direito estava crescendo, buscaram se fortificar para tentar segurar esse crescimento. Afinal, ponderou, a verba normalmente destinada à área dura poderia ser redistribuída para as áreas de sociais aplicadas, e trouxeram novamente à tona a dúvida sobre se o que o Direito faz é ou não ciência. Daí a necessidade de a comunidade jurídica se fortificar cada vez mais e provar que faz ciência, sim. Como? Segundo o palestrante, trabalhando melhor a metodologia.

Frisou também que não adianta a comunidade somente discutir regras, se as adotadas pelo comitê de área forem outras, por isso é importante o acompanhamento constante dos critérios elencados e formulados.

Orides Mezzaroba afirmou que percebe uma tendência à diminuição na pressão produtivista, até porque, não adianta produzir tanto, se esta produção não for devidamente avaliada, de forma quantitativa e qualitativa. Para ele, a avaliação precisa ser acompanhada, tanto previamente, quanto posteriormente aos resultados, pela comunidade científica de interesse - no caso a do Direito - para que não haja

reclassificação retroativa, e concluiu exaltando os presentes a insistirem na defesa dos interesses da área por meio da representatividade.

Angela Araujo da Silveira Espindola, professora da Universidade Federal de Santa Maria e editora da *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM* foi a próxima palestrante da mesa e iniciou sua exposição, afirmando que os programas de pós-graduação em Direito estão crescendo, em número, porém, a distribuição destes não é igualitária.

A editora ponderou sobre a correlação que os periódicos científicos possuem com os programas de pós-graduação que os produzem, afetando a avaliação daqueles, pois, se muitas revistas forem estratificadas como A, a pontuação dos programas pode ser potencializada. Seria por esse motivo que a quantidade de periódicos estratificados como A é limitada? Para que a pontuação dos programas não seja discrepante?

Nesse sentido, questionou-se, então, se não seria válido dissociar ou flexibilizar a atuação dos programas de pós-graduação a dos periódicos científicos. Assim, a área teria mais espaço para se publicar, pois, todos os periódicos que cumprissem os critérios avaliativos, integralmente, poderiam ser classificados nos estratos mais altos.

Outra questão complexa seria o fator de impacto, pois, atualmente, os índices que medem os fatores de impacto dos periódicos nacionais são internacionais. Almejamos participar de indexadores internacionais, quando não temos nem mesmo indexadores nacionais fortificados. Ou seja, visamos algo externo, enquanto não temos um órgão com a mesma função, internamente. E, assim, tentamos nos adaptar às regras internacionais de indexação, as quais, nem sempre, correspondem ao nosso cenário de produção.

Angela Araujo da Silveira Espindola terminou sua fala tocando em um ponto que aflige a muitos editores e que volta e meia tornava à tona nas conversas e debates, os pareceristas. Principalmente, no que tange a uma das principais deficiências destes,

tanto na aprovação, quanto na reprovação, mas contemporizou, visto que esta não é uma função reconhecida como atividade técnica ou científica - como a do editor também não é, concluiu.

O terceiro palestrante do dia foi o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e editor da *Revista Direito e Práxis*, José Ricardo Cunha.

Em sua fala, que versou sobre as principais dificuldades em manter uma revista no extrato A1, sugeriu, assim como a professora Angela, que uma reflexão seja iniciada, a fim de flexibilizar o vínculo das revistas aos programas de pós-graduação, no intuito de que a atividade editorial não fique tão à mercê do programa. Essa seria uma prática difícil, porque um dos critérios avaliativos está relacionado à coerência que se deve ter entre as temáticas dos periódicos e as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação que os produzem.

Cunha enalteceu a verdadeira doação de tempo, trabalho e entusiasmo dos editores às suas revistas - visto que este trabalho sequer é contemplado como carga horária acadêmica - o ideal seria que, ao menos, pudesse contar como produção técnica. Até porque, lembrou, periódico é rotina, uma rotina pesada, daí a necessidade de contar com uma equipe. Mas isso não é fácil devido à escassez de recursos, de forma que a solução, em muitos casos, como o da revista *Direito e Práxis*, é contar com o corpo discente. Porém, como não é trabalho remunerado, as revistas têm que coexistir com a frequente rotatividade das equipes, daí a importância de se buscar estabilizar a rotina das etapas editoriais.

Para José Ricardo Cunha, deve-se consolidar a identidade e a imagem da revista, para que a comunidade possa identificá-la como fonte de informação da área de interesse. A curadoria de metadados, na opinião do palestrante, deveria ser um dos objetivos principais dos editores científicos, visto que é por meio deles que os pesquisadores interessados e o público em geral podem vir mais facilmente a tomar conhecimento do artigo, de uma informação e, por conseguinte, os acessarem.

Mais uma vez, a importância dos pareceristas foi mencionada. Cunha enfatizou a relevância de gerir constantemente os avaliadores, que são decerto muito ocupados, além de não-remunerados, daí a necessidade de se valorizar essa função. Pressionar a área para que o trabalho como avaliação de artigo seja melhor pontuado foi uma das soluções sugeridas.

Outra solução ventilada pelo editor, e que já está começando a ser utilizada pela revista por ele editada é a *ahead of print* - que consiste na publicação de textos já aprovados pela Comissão Editorial e revisados antes de serem inseridos em uma edição específica, objetivando a divulgação de conhecimento de forma mais fluida e ágil - o que soluciona a grande espera dos autores.

Outro ponto defendido pelo professor é de que é fundamental fortificar a produção científica latino-americana. Para tanto, os pesquisadores deveriam cogitar em publicar nos periódicos produzidos por instituições latinas. Da mesma forma, os editores poderiam estar mais abertos à publicação de textos de autores neste mesmo contexto.

Cunha afirmou que é muito difícil seguir com uma revista, até mesmo quando se consegue financiamento, e levantou o debate sobre o cabimento de uma solução, muitas vezes vista com maus olhos pela comunidade acadêmica, que seria a cobrança de uma taxa de publicação. A cobrança, contudo, não para tornar a revista comercial, mas para dar maiores condições de sustentar sua produção. Enfatizou, no entanto, que para cobrar pela submissão, a revista precisa oferecer boas condições editoriais e científicas, como curto prazo de avaliação, confiabilidade, indexação em boa quantidade e alcance.

O editor da *Revista Direito e Práxis* terminou sua palestra, aconselhando aos editores a refletirem bastante, no momento de confeccionar os formulários de avaliação, para

que eles consigam contemplar, da melhor forma possível, uma avaliação que é subjetiva.

E alertou, também, para a forma que as equipes devem administrar as avaliações do Qualis, no sentido de não permitir que os processos de avaliação dos artigos e o periódico, como um todo, sejam enviesados pelos critérios do Qualis Periódicos. Até porque, muitas vezes, alinhar a revista com os critérios avaliativos pode fazer com que a atividade-fim do periódico se perca, que seriam a consolidação da revista e a real disseminação do conhecimento.

Esta mesa, única no evento a reunir quatro palestrantes, fechou-se com a participação de Joyceane Bezerra de Menezes, professora da Universidade de Fortaleza e editora da *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*.

Em sua fala, a professora buscou valorizar aquelas que são, em sua opinião, as três linhas de ação fundamentais aos editores de periódicos científicos de Direito: a profissionalização editorial, a internacionalização das revistas e a sustentabilidade das mesmas. E concluiu a mesa, explanando sobre a dificuldade perene dos editores, em atender tanto aos critérios do Qualis, quanto dos indexadores.

❖ **Utilizando a tecnologia em favor da internacionalização de periódicos brasileiros**

**Data:** 07/12/2018

**Mediador:** Natasha Salinas

**Participantes:** Catarina Helena Cortada Barbieri e William Pugliese

A segunda mesa do último dia de seminário foi “Utilizando a tecnologia em favor da internacionalização de periódicos brasileiros”, com mediação da professora da FGV Direito Rio, Natasha Salinas.

A professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e editora da *Revista Direito GV*, Catarina Helena Cortada Barbieri, deu início à sua palestra, atestando a importância crescente da correta produção de metadados e também dos mecanismos de interoperabilidade na produção das revistas científicas de Direito no país.

Sobre a temática da mesa, Catarina lembrou que a internacionalização do periódico pode se dar por muitas vias, e uma delas é com a filiação de autores, corpo editorial e pareceristas. Abrindo-se o leque das nacionalidades nestes itens, aumenta-se a perspectiva de conhecimento da revista pelo público estrangeiro.

Outra forma de ver a internacionalização, segundo a editora, é observando um triângulo definido por: publicar fora (em periódicos estrangeiros), publicar o que é de fora (nos periódicos nacionais) e ser lido lá fora (pelo público leitor estrangeiro). A internacionalização, lembra, também pode ocorrer pelo viés do indexador.

Barbieri, no intuito de orientar, questiona por que e também para que internacionalizar os periódicos científicos nacionais é assim tão importante, e afirma que cada revista precisa refletir internamente para saber se isso deve ser de fato uma pretensão. Caso seja, é importante se adequar.

A editora da *Revista Direito GV* enfatizou a relevância das boas práticas editoriais, apresentando com dica, para isso, a afiliação ao Cope, a sustentabilidade operacional e financeira do periódico, bem como dos processos de internacionalização. Sobre estes últimos, a sugestão é para que as revistas tenham editores associados ativos estrangeiros. E apesar de ser mais difícil, pois a maioria dos artigos é em português, buscar também pareceristas ativos estrangeiros.

Ela lembra ainda que, para dificultar, a prática de tradução/versionamento não é tão fácil quanto das áreas duras, por conta do tamanho dos artigos dessas áreas, o que os torna muitíssimo custosos.

A importância da utilização de ferramentas antiplágio também foi ressaltada pela professora, ao lembrar que o cenário atual de produtivismo aumenta, consideravelmente, a quantidade de plágio e até mesmo de autoplágio na rede.

No mais, questionou-se: publicar em inglês aumentaria as citações ao periódico e aos autores nele publicados? Atrairia mais autores estrangeiros? Estas perguntas foram novamente levantadas por Barbieri, enfatizando que o periódico precisa fazer uma reflexão séria antes de iniciar a corrida da internacionalização. Finalizando, ela lembrou que o diálogo com a literatura estrangeira também pode ser considerado um viés da internacionalização, porém ressalta que há um ponto crucial: nós (brasileiros) os citamos, mas não somos por eles (estrangeiros) citados.

William Pugliese, professor do Centro Universitário Autônomo do Brasil e editor da *Revista Direitos Fundamentais & Democracia* complementou e finalizou a mesa, entre outros assuntos debatidos, afirmando a importância de o periódico figurar em bases de dados reconhecidas. Em sua opinião, a outra alternativa para a internacionalização, que seria a inserção da revista em uma base de dados paga, de grande difusão, é uma decisão editorial bastante difícil e arriscada, por não dialogar com a política de acesso aberto amplamente difundida e requisitada no meio científico.

Pugliese encerrou sua fala com um alerta: de que a preocupação em ter conteúdos em língua inglesa, para poder participar do cenário internacional, é válida e mesmo muito importante, mas isso não precisa ser a pauta principal do periódico, que não pode deixar de se preocupar também em estreitar laços nacionalmente, ou com periódicos científicos de Direito latino-americanos.



❖ **Open access e novos modelos de publicação eletrônica: oportunidades e desafios**

**Data:** 07/12/2018

**Mediador:** Patrícia Sampaio

**Participantes:** Denise Friedrich e Fausto Santos de Moraes

A última mesa do Seminário Periódicos Jurídicos no Século XXI - Critérios de Avaliação e Desafios Tecnológicos abordou o tema “Open access e novos modelos de publicação eletrônica: oportunidades e desafios” e teve a mediação da professora da FGV Direito Rio, Patrícia Sampaio.

Denise Friedrich, professora da Universidade de Santa Cruz do Sul e editora da *Revista do Direito* expôs que o Open Access - a divulgação e distribuição de pesquisas *online* -, geralmente, está acompanhado de uma licença *Creative Commons*.

O acesso aberto pode ser aplicado a todas as formas de pesquisa, incluindo as *peer-reviewed* e as não revisadas por pares, artigos, *papers*, teses, capítulos de livros e monografias.

A democratização da busca pelo usuário é, para a professora, a principal motivação do acesso aberto, que também confere maior visibilidade e impacto às publicações. No entanto, não adianta permitir o acesso aberto se o conteúdo da revista não for lido, efetivamente. E para que isso aconteça, é importante que o periódico confira credibilidade e qualidade aos conteúdos publicados.

E entre os desafios que se impõem ao acesso aberto, está a falta de profissionalização dos envolvidos na produção editorial, visto que lidar com direitos autorais e as licenças *Creative Commons* demanda um conhecimento específico.

Finalizando a mesa e o evento, Fausto Santos de Moraes, professor da Faculdade Meridional, do Rio Grande do Sul, e editor da *Revista Brasileira de Direito* trouxe à

baila a questão da autorreflexão necessária aos autores que pretendem submeter um artigo para publicação em periódicos científicos.

Ele alertou para necessidade de o autor pensar sobre seu próprio artigo, submetendo somente se o texto for, de fato, atrativo, que contribuirá efetivamente para a sua área de conhecimento. A submissão, portanto, não deve ser realizada somente pelo produtivismo, fato que tem se tornado corriqueiro no meio.

O editor finalizou sua fala, conclamando a uma participação mais eficaz do autor para a fortificação da imagem do periódico, e ratificando que os responsáveis pela produção editorial científica precisam investir em qualidade, segurança e contenção do produtivismo.

SEMINÁRIO

# PERIÓDICOS JURÍDICOS NO SÉCULO XXI: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DESAFIOS TECNOLÓGICOS

## PROGRAMAÇÃO

---

:: 6 de dezembro de 2018 ::

**10h - 10h30 | Welcome coffee**

---

**10h30 - 11h | Abertura**

Sérgio Guerra (FGV Direito Rio), Antônio Porto (FGV Direito Rio),  
Fernando Leal (FGV Direito Rio)

---

**11h - 12h | Desafios editoriais do mercado de periódicos jurídicos**

Luís Cláudio Ferreira (Editora Fórum)

---

**12h - 14h | Almoço**

---

**14h - 15h30 | Avaliação de periódicos estrangeiros - Diego Werneck  
(FGV Direito Rio)**

Daniel Wunder Hachem (PUCPR), Mauricio Jorge Pereira da Mota (UERJ),  
Maurício Timm (UCB)

---

**15h30 - 17h | Indexadores eletrônicos de periódicos - Carlos Ragazzo  
(FGV Direito Rio)**

Anderson Vichinkeski Teixeira (UNISINOS), Élcio Nacur Rezende (DOM HELDER),  
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega (UFG)

---

:: 7 de dezembro de 2018 ::

**08h30 - 09h | Welcome coffee**

---

**09h - 10h30 | Ciclos de avaliação e planejamento - Leandro Molhano (FGV Direito Rio)**

Angela Araujo da Silveira Espindola (UFSM), José Ricardo Cunha (UERJ),  
Joyceane Bezerra de Menezes (UNIFOR), Orides Mezzaroba (CONPEDI)

---

**10h30 - 12h | Utilizando a tecnologia em favor da internacionalização de periódicos brasileiros - Natasha Salinas (FGV Direito Rio)**

Catarina Helena Cortada Barbieri (FGV SP), William Pugliese (UniBrasil)

---

**12h - 14h | Almoço**

---

**14h - 15h30 | Open access e novos modelos de publicação eletrônica: oportunidades e desafios - Patrícia Sampaio (FGV Direito Rio)**

Denise Friedrich (Unisc), Fausto Santos de Moraes (IMED)

---

**15h30 - 16h - Encerramento**

---

## LOCAL



**Sede FGV - 8º andar - sala 811**

Praia de Botafogo, 190

Botafogo - Rio de Janeiro/Brazil